

PARA TER O FUTURO DA GENTE: migrações catarinenses para a grande Porto Alegre (1970-1989)

*Gerson Wasen Fraga**

Resumo

O crescimento demográfico ocorrido na região metropolitana de Porto Alegre nas décadas de 70 e 80 teve em sua origem diversos fatores, como a tecnificação do campo, com a subsequente expulsão de populações rurais, e o desenvolvimento industrial da região. Esses fatores conduziram para esse espaço correntes migratórias diversas, entre as quais uma originária do litoral Sul catarinense, que acabou por ter grande visibilidade social, ao mesmo tempo em que sofria os efeitos da proletarização e do crescimento urbano desordenado.

Palavras-chave: Migração, Santa Catarina, região metropolitana de Porto Alegre.

* Mestrando em História pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista do PIBIC/CNPq.

1. Introdução

Os movimentos migratórios no Brasil durante o século XX têm se constituído em objeto de análise de inúmeros trabalhos que buscam, com maior ou menor ênfase, determinar suas motivações, intensidades e conseqüências, tanto para as áreas que se apresentam como pontos *exportadores* de fluxos humanos, como àquelas regiões que, devido à força de atração, são consideradas como pólos receptores de contingentes populacionais ao longo de certo tempo.

A importância do estudo de tais movimentos é ainda mais notória quando se tem em mente o fato de que na segunda metade deste período – mais especificamente ao longo dos anos 60 – ocorre a passagem do *Brasil rural* para o *Brasil urbano*¹, quando, pela primeira vez em nossa história, a maioria dos brasileiros passou a viver nas cidades, fazendo com que estas, e em especial as metrópoles e suas periferias, começassem a sofrer os efeitos destes movimentos gerados em grande medida pelas transformações produtivas no campo. Igualmente, através da maior inserção do espaço urbano em uma lógica produtiva eminentemente industrial, se buscava melhor posicionar o país dentro do modelo de desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que se almejava a abertura de novas fronteiras agrícolas no país.

Embora tais estudos tendam a ser efetuados de forma regionalizada, refletindo as diversas realidades locais, possuem especial visibilidade aqueles trabalhos que abordam casos já clássicos de análise, tal como o fenômeno dos nordestinos que buscavam melhores condições de vida na região Sudeste. De igual forma, recebem destaque os estudos sobre a impor-

tância de tais contingentes no crescimento demográfico urbano e seu impacto sobre o mundo do trabalho e a organização social e espacial destes grandes centros.

Ao pesquisarmos as alternativas de vida para jovens oriundos de famílias operárias em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre durante a década de 80², e sua inserção no mundo do trabalho, percebemos um alto grau de migrantes vindos do estado de Santa Catarina e/ou de filhos destes. Tal fenômeno era verificado não apenas pela grande visibilidade que possuíam – e ainda possuem – dentro da sociedade local, mas igualmente pelo testemunho oferecido pelas fontes jornalísticas utilizadas na pesquisa original e que, através de outro ângulo, mostraram a existência de tal corrente migratória ao longo do período pesquisado. Desta forma, sem estabelecer parâmetros definitivos, este ensaio pretende contribuir com o estudo desta realidade específica, servindo como um apoio para o estudo deste e de outros fenômenos migratórios espacialmente localizados.

2. Os migrantes catarinenses na Grande Porto Alegre

Ao nos depararmos com a existência de um grande contingente de migrantes oriundos do estado de Santa Catarina no município de Cachoeirinha, colocouse diante de nós uma série de questões, às quais deveríamos buscar a resposta: quem são tais migrantes? De onde vêm? O que os trouxe à Grande Porto Alegre? Com efeito, ao atentarmos para a história familiar de informantes localizados hoje na faixa etária dos 30/40 anos, podemos perceber que, em grande medi-

da, são filhos de pequenos agricultores do litoral Sul catarinense, proprietários ou arrendatários, que em algum momento de sua trajetória deixaram suas localidades de origem em virtude das dificuldades encontradas na produção agrícola, vindo em busca de melhores condições de vida e trabalho na cidade.

Embora o início de tal movimento não possa ser demarcado a partir dos anos 70 (uma vez que já era realizado anteriormente em menor escala), sem dúvida acentuou-se a partir deste período, quando os governos militares, buscando efetivar o desenvolvimento do capitalismo nacional no período de uma geração, incentivaram, através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's), a agricultura de grande porte, organizada à base de métodos modernos de produção e comercialização, e a eliminação da agricultura de subsistência a fim de que se consolidasse um mercado interno (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971). Desta forma, a própria ação governamental ampliava as condições estruturais desencadeadoras dos processos de migração interna.

Este processo de modernização do meio rural brasileiro, transformado em ação política estatal, fundamentou, a partir deste período, a ação das agroindústrias, que passaram a orientar a produção para alguns poucos itens de seu interesse, muitas vezes voltados para o mercado externo. Os pequenos produtores, desta forma, viram-se impossibilitados de tomar parte nestas novas relações, fosse pela impossibilidade de adquirir mais terras para adaptar-se a esta nova realidade, fosse pelo aumento dos custos ocasionados pelas novas necessidades que se criaram, tais como insumos agrícolas (adubos químicos ou sementes especiais) ou com maquinário pesado (tratores e/ou

colheitadeiras, muitas vezes não-adequados ao tipo de solo onde eram utilizados). Conforme Gorender (1987, p. 47-48):

Está claro que semelhante impulso ao desenvolvimento capitalista é feito pelo Estado de maneira rigorosamente discriminatória: beneficia os grandes proprietários, dá prioridade aos produtos de exportação e à pecuária bovina de corte, privilegia certas regiões política e economicamente mais poderosas.

No que tange especificamente à modernização das relações produtivas na área rural Sul catarinense, o trabalho de Maria Ignez Paulilo (1990), realizado junto a produtores integrados da região (suinocultores e fumicultores), aponta para duas características que passaram a se fazer importantes, a partir do momento em que se estabeleceram relações entre estes e as agroindústrias: a grande quantidade de máquinas operando no campo, e a disseminação do crédito bancário. Com efeito, a utilização, pelos produtores, de um maquinário pesado, estaria não somente em desacordo com suas necessidades individuais ou com as especificações técnicas, mas criaria também um tipo de *status* com base na posse destes equipamentos. Já os créditos agrícolas, facilmente obtidos, não seriam necessariamente aplicados na produção, podendo ser desviados para outras finalidades, tais como a compra de terras, ou mesmo lotes urbanos, destinados aos filhos que não tivessem como permanecer no meio rural.

Há aqui a identificação de outra problemática no que diz respeito à realidade campesina Sul catarinense no período em análise: as reduzidas dimensões de muitas propriedades impossibilitavam, em alguns

casos, a realização da partilha entre a totalidade dos herdeiros, uma vez que estes lotes não mais permitiriam uma exploração econômica capaz de manter o produtor. Embora este fato não demande necessariamente a alienação da pequena propriedade, trará consigo a obrigatoriedade de que uma parcela da família passe a se dedicar a atividades urbanas diante da ausência de novas terras a serem exploradas³. Nos valem novamente do trabalho de Paulilo (1990, p. 33):

Num Estado de pequenas propriedades, sem fronteira agrícola e onde o preço da terra é alto, não é possível manter todos os filhos no meio rural como proprietários. Isso não significa que a pequena exploração está se tornando inviável economicamente. Significa que se ela é viável para uma família, não o é para quatro ou cinco, ou nem mesmo para duas. Portanto, se o número de herdeiros é superior àquele que a propriedade pode manter, parte deles abandonará a agricultura, quando esta solução for menos dolorosa que trabalhar em terra alheia.

A fala seguinte, de um informante natural de Sombrio e que chegou a Cachoeirinha em 1981, é reveladora da forma como foi vivenciada, na prática, a realidade até aqui descrita:

[...] a agricultura lá hoje em dia, a plantação, é muito difícil, muito difícil. Vamos supor, prá quem trabalha com arroz, *que tem que ter bastante terra no caso prá poder plantar, tem que ter máquina, tem que ter tudo*, então hoje em dia não tá muito fácil, tá difícil, né. Que nem nas bananas [...] principalmente nas partes dos morros, lugar que é mais alto, não pode ser muito baixo por causa da árvore, dá muita umidade. *Então ali tinha que ter mais terra no caso prá poder aumentar, naquela época o pai não tinha condições de conseguir mais, tava muito difi-*

cil. Então ali a família já era meia grande também, prá ele conseguir manter todos era muito difícil, e prá gente conseguir ter o futuro da gente também ali é difícil, então a gente correu mais na cidade procurando mais serviço (Entrevista realizada em 21 de jun. de 2000).

É interessante notar aqui que, para além do exemplo acima citado, todos os entrevistados que se identificaram como migrantes catarinenses ou filhos destes, perceberam, como principal motivação da transferência de domicílio, a busca de uma melhor condição de vida através das oportunidades de trabalho que julgavam existir na Grande Porto Alegre. Assim, integram-se na definição de imigrante desenvolvida por Abdelmalek Sayad (1998, p. 54): “Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”. A questão do caráter provisório levantado por esta definição não se choca com a permanência apontada pelos entrevistados, uma vez que é o próprio Sayad que colocará: “[...] toda imigração de trabalho contém em germe a imigração de povoamento que a prolongará” (SAYAD, 1998, p. 67).

A partir deste momento, deve-se necessariamente buscar a resposta da terceira questão: por que a escolha pela região metropolitana de Porto Alegre? Por que a opção por uma migração de caráter interestadual? A par das questões até aqui apresentadas, deve-se considerar igualmente que a migração originária do Sul de Santa Catarina rumo à região metropolitana de Porto Alegre não se constituía em um fenômeno novo, possuindo mesmo uma boa *visibilidade* já nos anos 70. É o que podemos depreender a partir do seguinte trecho abaixo:

Em se cogitando do Rio Grande do Sul, apenas é digno de registro o deslocamento de catarinenses, que vêm, predominantemente do litoral daquele estado. Cerca da metade dos migrantes procedentes de Santa Catarina, instalam-se na microrregião de Porto Alegre. Ocupam-se, principalmente, na construção civil e em toda aquela gama de atividades que compõe o setor terciário da economia das metrópoles brasileiras (SUDESUL, 1975, p. 64).

A possibilidade de integração destes migrantes oriundos do Sul catarinense em outra atividade na mesma região, embora não deva ser descartada, era por vezes prejudicada devido a razões estruturais – como no caso da indústria mineradora da região de Criciúma-, ou mesmo por fatores de ordem conjuntural, tal como a existência de familiares que executaram uma migração anterior rumo a outras áreas, e que poderiam, assim, oferecer uma primeira estrutura mínima necessária para a instalação em uma nova localidade – fato que será comentado mais adiante.

A extração do carvão, atividade bem desenvolvida na região através de empresas mineradoras, embora acesse com alguns atrativos, tais como melhores salários em comparação com outras atividades industriais, ou a possibilidade de uma aposentadoria precoce, possuía a contrapartida da insalubridade e da periculosidade, além de exigir, ao menos legalmente, a idade mínima de 21 anos para o desempenho das funções mais diretamente ligadas à produção. A estes fatores, soma-se a baixa rotatividade de trabalhadores existente na extração do carvão. Segundo Terezinha Volpato (1984, p.82), “[...] os trabalhadores consideram que não é fácil entrar na mina, uma vez que a procura é muito grande, por causa do salário”. A questão salarial igualmente pode estar asso-

ciada à inexistência de um maior poder de atração da indústria ceramista da região sobre o grupo em questão, pois, conforme dados de 1980, apresentados pela autora anteriormente citada, 94,9% dos trabalhadores empregados na indústria ceramista possuíam um rendimento familiar mensal de até 5 salários mínimos, enquanto a indústria carvoeira de Criciúma apresentava apenas 45% de seus trabalhadores com ganhos mensais familiares nesta mesma faixa (VOLPATO, 1984).

A escolha pela migração de caráter interestadual pode igualmente ter passado por motivações de caráter mais subjetivo, como, por exemplo, o *poder de atração* exercido pelas capitais e suas regiões periféricas sobre migrantes oriundos do meio rural. Assim, deve-se, no caso em análise, considerar a maior proximidade da região em relação ao Sul catarinense em comparação à região de Florianópolis. É o mesmo entrevistado ainda que comenta, apresentando suas opções:

Alguns brincavam comigo: 'pô, mas vir de Santa Catarina prá vir aqui pro Rio Grande do Sul? Por que não foi prá Florianópolis, que é na capital lá?' Mas aí eu digo: *se eu sair de Santa Rosa, ali de Sombrio, prá ir a Florianópolis, é mais longe do que eu sair dali e vir aqui a Porto Alegre* (Entrevista realizada em 21 de jun. de 2000).

Desta forma, devemos ter em mente que a cidade de Cachoeirinha localiza-se à margem da BR-290, estrada inaugurada no início dos anos 70 e principal rota de acesso a Porto Alegre para quem vem do litoral catarinense, sendo a última cidade antes de entrar na capital por aquela via. Pela sua proximidade, apresenta-se como uma alternativa àquelas pessoas que, vindo em busca de melhores condições de vida, não

encontravam na capital gaúcha um local para habitar, cujo custo ficasse dentro da realidade de seus recursos. Se esta possibilidade de fixar moradia a um custo mais baixo em um município vizinho à capital resolvesse, ainda que paliativamente, o problema habitacional destes migrantes, acabaria por gerar uma situação complexa para o município, que passaria a sofrer com a alta densidade demográfica, o desemprego e as ocupações de áreas particulares ou não, onde floresciam complexos de sub-habitações (favelas). Tal situação acabaria por exigir do poder público a execução de ações a fim de minimizar estas muitas conseqüências, tal como fica exemplificado no trecho abaixo, extraído de uma matéria jornalística intitulada *Cachoeirinha destina área de 411 mil metros quadrados para migrantes*:

Ao justificar a medida, o prefeito disse que um dos maiores problemas do município é a constante migração, vinda principalmente do vizinho estado de Santa Catarina. Centenas de pessoas sem condições de sobrevivência nas suas comunidades, tentam uma solução na capital gaúcha. Como não conseguem se instalar ali procuram, então, uma localidade próxima para residir, surgindo então a cidade de Cachoeirinha como a alternativa mais próxima (ZERO HORA, nº. 5732, 06 de jun. de 1981, p. 23).

Outro elemento de atração sobre este contingente migratório foi proporcionado pelo próprio governo gaúcho, ao adotar, no início dos anos 70, a estratégia de agrupar empresas em distritos industriais próximos a Porto Alegre, visando

[...] poupar os recursos públicos e concentrar as empresas em áreas determinadas, interligando entre si

os complexos industriais e racionalizando o desenvolvimento do setor secundário estadual (PESAVENTO, 1985, p. 118).

Desta forma, em um primeiro momento, foram inaugurados dois distritos na região metropolitana de Porto Alegre: um em Cachoeirinha, abrigando especialmente empresas com um perfil mecânico-metalúrgico, e outro em Gravataí, abrigando principalmente empresas de médio e grande porte, produtoras de bens de capital⁴. Esta política de concentração de empresas em determinados pontos, criando pólos de desenvolvimento industrial enquanto outras regiões permaneciam em um quadro de estagnação econômica, é sumamente importante a fim de entender o fenômeno migratório como um processo social, pois, conforme Paul Singer,

[...] a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas (SINGER, 1983, p. 37).

Todavia, entre o início de instalação de um conglomerado de empresas e a efetiva captação da mão-de-obra local, há o transcurso de certo tempo, onde a atração exercida sobre a força de trabalho excedente que se forma não é devidamente correspondida com a criação de postos dentro da cidade. Assim, embora não possa ser apontado como o elemento *detonador* do processo migratório aqui analisado, a instalação dos distritos industriais acabou por se constituir como um elemento a mais a atrair a força de trabalho saída do campo a partir de meados da década de 70, reforçando o poder de atração exercido pelo mercado de tra-

balho porto alegre. Contudo, é necessário esclarecer que, segundo os informantes entrevistados, aquelas pessoas que exerciam suas funções profissionais em Porto Alegre não deixavam seus empregos, a fim de tentar uma vaga naquelas empresas que passavam a se estabelecer em Cachoeirinha, uma vez que algumas delas, mais *tradicionais*, localizadas naquela época na capital, ofereciam uma maior estabilidade (real?) para os seus empregados. A mudança, desta forma, somente ocorria devido à perda do emprego anterior, sendo os novos distritos industriais, para estes, uma possibilidade de permanência no mercado de trabalho. Desta forma, quando estes distritos passaram a captar a mão-de-obra local, tratava-se especialmente de uma mão-de-obra jovem, que ingressava neste mercado e que se destinava a postos de baixa especialização e remuneração. Tal fato é bem retratado na fala de um segundo informante, quando interrogado sobre quem ocupava as vagas de trabalho nas indústrias que então estavam se instalando no município:

Os que foram trabalhar ali, eram principalmente os mais jovens, porque os mais velhos tinham emprego em Porto Alegre, porque Cachoeirinha até aquele momento era uma cidade-dormitório. Então as pessoas tinham emprego. Daí que as pessoas mais velhas, até com mais responsabilidades, prá manter a estabilidade, mantinham o emprego e não arriscavam em se transferir para ali. Tem muitas pessoas que se aposentaram trabalhando em Porto Alegre, conheço diversas que se aposentaram trabalhando em Porto Alegre, nunca trabalharam em Cachoeirinha, mesmo morando a vida inteira em Cachoeirinha; e, quem estava, por exemplo, na Álbarus em Porto Alegre, ou na Zivi, que eram as grandes, que absorviam a maior parte da mão-de-obra, não queria correr o risco de

trabalhar numa empresa menor, que muitas vezes do ponto de vista de benefícios sociais oferecia menos, de rancho, de assistência médica e tal, então essas pessoas já permaneciam onde estavam, a não ser depois quando a rotatividade passa a acontecer independente da vontade das pessoas. O desemprego, a própria idade acaba descartando elas como funcionários e tal. Mas num primeiro momento era mais o pessoal que estava entrando no campo de trabalho (Entrevista realizada em 11 de nov. de 1999).

Contudo, este parâmetro deve ser de certo modo relativizado quando pensamos nos integrantes mais jovens do movimento migratório que aqui analisamos (e mesmo para o restante da juventude local daquela época), pois, para estes, a proximidade com a capital do estado, ou mesmo com outros municípios da região metropolitana, apresentava-se constantemente como uma alternativa na busca de um meio de sobrevivência, havendo, portanto, a continuidade de um movimento migratório pendular já existente por parte dos mais velhos. A própria criação de um vínculo maior com a cidade era deveras prejudicada, uma vez que o setor de serviços e a existência de espaços públicos para lazer no município de Cachoeirinha eram ínfimos, sendo comum haver o deslocamento de seus habitantes até outras cidades próximas a fim de satisfazerem estas necessidades.

Este deslocamento para a região metropolitana de Porto Alegre dependia em muito de um último fator, ponto importante nas estratégias de sobrevivência de tais grupos. Com efeito, a migração em direção às áreas urbanas tende a seguir os passos de outros membros da família, que anteriormente passaram pelo mesmo processo, encontrando-se já estabelecidos na

região para a qual o migrante destina-se. Assim, não apenas as primeiras relações com o novo espaço físico, mas a própria busca pelos meios de sobrevivência é inicialmente intermediada pelos membros da família, já adaptados à região e que, por vezes, foram bem sucedidos na busca por um emprego. Há, portanto, toda uma rede baseada em relações familiares e de reciprocidade que inclusive podem, em última instância, suprir aquelas necessidades que deveriam ser cobertas pelo poder público e que, dada à precariedade de tais serviços e às contingências de sua situação pessoal, acabam por não encontrar meios de satisfação. Tal realidade parece ser verificável não apenas em nosso objeto de análise, mas acaba por apresentar-se como uma estratégia comum nos fenômenos migratórios como um todo. Analisando a migração nordestina para a cidade de São Paulo, Cynthia Sarti (1995, p. 12) comenta:

Embora o trabalho seja o instrumento de integração do migrante ao meio urbano, a migração a que são lançados os pobres – num processo que escapa a seu controle – não se viabiliza, nem se sustenta enquanto processo social, sem a rede de sociabilidade existente em seu local de origem, com base na família e na localidade. A migração, assim, constitui um processo privado, no sentido de ser assegurada por um sistema de lealdades pessoais e familiares.

Expulsos de seu lugar de origem, os pobres conseguem se deslocar graças a esta rede familiar, baseada num padrão tradicional de relações, onde o que conta são as obrigações morais de reciprocidade que os une a seus parentes e a seus iguais.

Paul Singer, por sua vez, avançará um pouco mais na análise da importância destas relações de reciprocidade.

dade dentro do fenômeno migratório. Entendendo as migrações internas como um processo que opera sobre determinados grupos e que possui geralmente uma motivação última de caráter econômico, Singer destaca o papel deste fenômeno na constituição da sociedade de classes. Assim, o conjunto destas relações anteriormente estabelecidas acaba por ser fundamental, uma vez que o

[...] lugar que o novo migrante irá ocupar na estrutura social já é, em boa medida, predeterminado pelo seu relacionamento social, isto é, por sua situação de classe anterior (SINGER, 1983, p. 55).

Assim, embora a inserção do migrante em uma nova realidade possa ser vista de uma forma individualizada, deve-se buscar a análise do processo como um todo, a fim de não se perder de vista sua capacidade de reproduzir a estrutura social na qual se dá o fenômeno migratório.

Possibilitado pela existência desta rede de reciprocidades familiares, o ato de migrar em busca de melhores condições de vida acabará por se constituir em um evento de fundamental importância na história pessoal do migrante, sendo percebido por este como um ponto de ruptura com sua história anterior, ainda que a possibilidade da realização posterior de uma migração de retorno não deva ser descartada. A importância destas relações de reciprocidade dentro do fenômeno migratório, e na história pessoal ou familiar, fica bem expressa na manifestação abaixo, emitida por um terceiro informante, cuja família residia originalmente na zona rural da cidade catarinense de Sombrio:

Meu pai veio em 73. [...] Ele primeiro, primeiro veio ele, aí ele se estabeleceu aqui, conseguiu emprego, a gente

tem inclusive até hoje uma carta que ele escreveu prá minha mãe, contando que ele tinha conseguido emprego e tal aqui, daí, que ela podia vender a casa, prá ela se mudar com nós. [...] Mas tinha também, agora que eu tô lembrando, um tio, irmão dele, que também morava e também tinha [...]. Inclusive *acho que foi o meu tio que conseguiu emprego pra ele*, então inclusive quando nós viemos morar, *nós moramos com eles*. [...] é, depois que nós conseguimos um outro lugar e tal (Entrevista realizada em 09 de jul. de 1998).

Embora se refiram ao contexto nacional e centrem-se de forma mais específica na década de 80, o comentário de Oliveira e Félix (1995, p. 38) parece oportuno ao considerar que o crescimento urbano na história recente do Brasil

[...] espelha também as situações de exclusão social, o agravamento dos diferenciais de condições de vida, a busca desesperada de oportunidades de trabalho ou negócio, as estratégias possíveis de moradia.

A relação entre sobrevivência e moradia, apontada por estes dois autores, é igualmente bem marcada em outras falas deste terceiro entrevistado, ao narrar não apenas as etapas da inserção de seu pai no mercado de trabalho, mas a própria alternativa encontrada para efetivar a transferência para a Grande Porto Alegre, transferência esta que, diante do baixo valor obtido pela propriedade em Santa Catarina, possivelmente deve ter passado pelo transporte material da própria residência:

Ele trabalhava aqui no centro de Porto Alegre. Sabe aquelas bancas que tem ali na [...] na Praça XV? Ele trabalhava ali. [...] Bancas de [...] como é que é o nome, meu Deus? De caldo-de-cana. Ele fazia isso. Depois

mudou, assim, virou, como é que se diz, lancheria. [...] E depois, logo em seguida ele foi trabalhar na Pirelli. [...] Ah, eu não sei direito, mas é numa função assim de operário mesmo, daqueles que pegava no pesado.

Sim, sim, sim. A própria casa onde a gente mora hoje é adquirida nessa época, ele comprou em 75, né, um terreno com uma casa, mas [...] até é interessante isso porque *eu acho que pelo valor que ele vendeu as terras, acho que a casa eles trouxeram*, era uma casa de madeira, eu acho que eles trouxeram a casa se eu não me engano; eu tenho impressão que eles trouxeram a casa porque era muito comum isso. [...] Era muito comum, eu me lembro, eu me lembro de ver, até acho que não aqui em Cachoeirinha, eu acho que eu vi [...] no interior, muito isso, sabe, [?] *tua casa, as casas de madeira, as vezes botavam quase inteira no caminhão* (Entrevista realizada em 09 de jul. de 1998).

Tais movimentos em busca de melhores condições de vida acabaram por fomentar o grande aumento demográfico verificado durante a década de 70 na Grande Porto Alegre, especialmente naqueles municípios onde a instalação de distritos industriais agia como um dos fatores de atração de mão-de-obra. Podemos, com efeito, perceber que o índice de crescimento demográfico nestas localidades é sobremodo elevado quando comparado ao de outros municípios da Grande Porto Alegre na mesma época. Já a década de 80, momento em que tais distritos começam a operar de forma mais efetiva, pode ser apontada como um momento de saturação populacional da região, havendo, em decorrência, uma retração no crescimento demográfico dos municípios, voltando o percentual de Cachoeirinha e Gravataí a índices mais próximos da média (ver tabela a seguir).

Desta forma, a migração de pessoas provindas do Sul de Santa Catarina para a região metropolitana de Porto Alegre, durante o período analisado, acaba por seguir alguns padrões observáveis dentro do fenômeno migratório mais amplo, tal como o movimento rural-urbano decorrente da modernização das relações produtivas no meio rural, ou ainda a existência de redes familiares dando suporte para novas instalações. Especificamente sobre as mudanças ocorridas nas relações de produção, é importante salientar que estudos realizados em períodos posteriores apontam para a permanência das mesmas. Tal é o caso do trabalho de Janine Moreira (1994, p. 18), realizado junto aos produtores de leite de Presidente Getúlio, ao colocar que o “[...] modelo modernizador continua atual, expulsando do campo os ‘ineficientes’, para que não prejudiquem o desempenho dos ‘mais capazes’”. Trata-se, portanto, de um modelo de grande vitalidade, que permanece fracionando às pequenas propriedades, enquanto os grandes estabelecimentos rurais ganham em extensão.

Contudo, a intensificação desta corrente migratória para a Grande Porto Alegre parece ter ocorrido em um momento onde tais movimentos, rumo às áreas metropolitanas, vinham já sofrendo um processo de retração, pois “[...] nos anos 70 já se delineava uma tendência de estagnação ou mesmo de arrefecimento do crescimento das regiões metropolitanas” (CUNHA, 1995, p. 6). Configura-se, desta forma, um processo de migração relativamente tardio, incentivado – embora não determinado – pela industrialização desenvolvida na região.

Tabela – Crescimento demográfico de alguns municípios da região metropolitana de Porto Alegre

	População 1970	População 1980	Variação 70-80	População 1990	Variação 80-90
Cachoeirinha	31.002	63.196	103,8%	88.195	39,5%
Esteio	34.597	50.967	47,3%	70.547	38,4%
Gravataí	52.496	107.438	104,6%	181.035	68,5%
Guaíba	33.680	55.054	63,4%	83.102	50,9%
Novo Hamburgo	85.364	136.503	59,9%	205.668	50,6%
Porto Alegre	885.545	1.125.477	27,1%	1.263.403	12,2%
Viamão	66.443	117.657	77,0%	169.176	43,7%

Fonte: População do Rio Grande do Sul por município e situação do domicílio. IBGE - Censos Demográficos de 1940 a 2000. Percentuais calculados pelo autor.

3. A inserção profissional do migrante catarinense na Grande Porto Alegre

O abandono do lugar de origem por parte do migrante não pressupõe somente uma ruptura com uma situação familiar já consolidada, ou com vínculos pessoais firmemente estabelecidos. Com efeito, quando da migração rural-urbana, rompe-se também, para o próprio migrante, toda uma lógica produtiva que este possuía, assentada sobre o trabalho familiar e outras especificidades da produção primária (tais como condições climáticas, sazonalidade, etc.) que de forma alguma podem ser consideradas como integrantes de uma forma ou de um ritmo industrial de produção. Assim, diante da ausência de qualquer qualificação profissional urbana, tais pessoas tendiam a destinar-se, dentro das indústrias, àquelas atividades

consideradas “inferiores”, onde a remuneração é menor, e que apresentavam certa rotatividade, especialmente em épocas de crise. Tal fenômeno se dava não somente pelo despreparo para atividades fabris por parte dos migrantes oriundos de zonas rurais, mas também porque a maioria das empresas chegava à região com seu quadro de funcionários completo (MOMBACH, 1991).

Dentro desta perspectiva, conforme as experiências pessoais relatadas pelos informantes, havia, quando do recrutamento de trabalhadores pelas indústrias, a preferência por aqueles provindos de zonas rurais, uma vez que este contingente se apresentaria como uma mão-de-obra dotada de maior disciplina no desempenho da atividade industrial⁵. Este fato foi bem ilustrado por um quarto informante (entrevista realizada entre maio e junho de 2000), ao relatar que para conseguir seu primeiro emprego em uma grande metalúrgica, após sua chegada a Cachoeirinha no começo dos anos 70, teve de mostrar as mãos para o encarregado pelas contratações. “Olhou a mão, viu que estava cheia de calos e disse: ‘é isso que nós queremos’”. Referindo-se à mesma situação, o primeiro informante relata que aos migrantes vindos da zona rural eram dadas maiores oportunidades de emprego, pois “[...] eles diziam que a gente tinha mais interesse”. Com a intensificação desta prática, algumas empresas – as maiores – acabaram por tornar-se verdadeiras referências na história deste grupo, pois, em geral, aqueles que não trabalhavam nestas indústrias possuíam parentes ou amigos exercendo aí sua atividade profissional. Não são isoladas as referências ao sonho do migrante catarinense na região: “[...] trabalhar no Zivi, comprar

uma bicicleta e um radinho de pilha" (MOMBACH, 1991, p. 112).

Todavia, outras opções de profissionalização apresentavam-se para o migrante catarinense, a par da atividade nas indústrias da região. Uma destas possibilidades era a construção civil, ramo que tradicionalmente já agregava migrantes, e que demandava, por vezes, alguma especialização, como nas funções de marceneiro ou carpinteiro-moldadores. No entanto, esta área, durante a sucessão de crises dos anos 80, acabou por ser sobretudo atingida, especialmente após a quebra do banco Sul Brasileiro, entidade que aplicava recursos neste setor. Com efeito, são numerosas as matérias em jornais da época que testemunham esta verdadeira *crise em um contexto de crise*, fato que apenas agravou ainda mais a explosiva situação em alguns municípios da região, em virtude do amplo desemprego então verificado. O trecho abaixo compilado, publicado originalmente sob o título *Reunida comissão de desemprego* é ilustrativo deste fato:

Duas informações importantes foram divulgadas ontem na reunião da Comissão Especial de Desemprego da Câmara Municipal. A primeira delas é que na área de Porto Alegre, Cachoeirinha e Gravataí, especificamente no setor metalúrgico, existem hoje cerca de 9 a 10 mil desempregados, quando em tempos normais a ocupação chegava a 42 mil trabalhadores. E a segunda informação se refere ao fato de que no setor da indústria imobiliária, que depende diretamente de recursos do Sistema Financeiro de Habitação, o número de empregos caiu de 21 para 14 mil, nos últimos meses [...] (ZERO HORA, n. 6.433, 05 de maio de 1983, p. 35).

Diante desta realidade, uma terceira opção de meio de sobrevivência vinha a se somar na montagem deste contexto de crise onde o migrante Sul catarinense se inseria como mais um agente passivo. Com efeito, é notória em alguns municípios a montagem de verdadeiras mini-empresas que operam com mão-de-obra familiar, trabalhando por produção e sem terem assegurado quaisquer direitos trabalhistas, como na área da confecção, por exemplo. É comum, em tais situações, que um *atravessador* abasteça as famílias com os tecidos já cortados, cabendo a estas apenas a montagem das peças. Tal sistema acaba por apresentar uma das formas mais extremadas de exploração destas populações pelo capital, que utiliza sua força de trabalho, inclusive de crianças, a fim de agregar valor a um produto, em troca de pagamentos mínimos. Tal é a realidade hoje vivenciada pelo nosso primeiro informante, que relata:

Que nem no caso prá você ver, [...] eu estando junto com a mulher aqui atrás da confecção, se ela não tivesse no caso a confecção, se eu tivesse nessa situação, hoje eu não sei o que que eu poderia estar fazendo. É lógico que depende mais é dela, que se era pela confecção acho que eu perdia, porque [...] vou por ela, *que ela conhece; trabalha desde os 13 anos, hoje tá com uns 33 anos, né, esse tempo todo só na confecção.*

Já as relações estabelecidas neste processo de trabalho, bem como a dimensão da exploração a que são submetidos estes trabalhadores, foi melhor relatada pela esposa deste primeiro informante, também presente quando da entrevista.

É, nós é assim: [...] tem um homem que faz peças assim [...] por exemplo, nesse que eu tô trabalhando agora, ele vai no atacado, ele corta, o cara lá quer 500 peças, ele corta 500 peças e me traz, *eu só cobro a mão de obra*, entendeu? E é assim que a gente sempre faz. Se eu for trabalhar prá mim, aí eu vou ter que botar vendedor na rua. Eu acho mais vantagem, ele já tem o [...] ele trabalha por atacado, ele corta, né, é dele, *ele só paga por peça prá mim*. E a gente fecha. Eu tô trabalhando mais agora é com moleton, camiseta, essas coisas. [...] Olha, eu às vezes pego às 8 horas na máquina [...] *é difícil o dia que eu saio às 8 da noite, antes assim das 8 da noite, é difícil; sempre é das 8 às 8. [...] De segunda a segunda*.

Conforme o depoimento do segundo informante, bom conhecedor desta realidade na região de Cachoeirinha, tal sistema pode ocultar uma lógica ainda mais perversa:

É, tinha já bem desenvolvido isso de pequenas empresinhas caseiras, de fundo de quintal, e isto chegou num momento que, talvez pelo motivo, pelo êxodo das pessoas de Porto Alegre prá periferia, e *pelas novas relações de trabalho estabelecidas pelas grandes empresas também do vestuário, elas começaram a terceirizar seus trabalhos; e aquelas costureiras que estavam há mais tempo nas empresas, era proposto um acordo de pagar indenização com máquinas, e ela montar na sua casa a sua empresa e prestar serviços prá sua empregadora original, e isso se proliferou em Cachoeirinha. [...] A última vez que eu me lembro que eu pesquisei na prefeitura, tinha com registro, com alvará, 489 micro-empresas de confecção, fora aquelas de fundo de quintal mesmo, que não tem registro, não tem alvará, não tem [...]. Então deve estar em torno de mil micro-empresas de confecção (Entrevista realizada em 11 de nov. de 1999)⁶.*

Uma possibilidade de rompimento com esta realidade, em muito gerada pela falta de uma maior especialização na mão-de-obra, se dá justamente pela busca de uma maior qualificação do trabalhador, fator que pode ocorrer tanto por iniciativa do empregado, através de cursos oferecidos por instituições como o Senai, como por iniciativa das próprias empresas, que assim efetuariam um verdadeiro investimento no seu quadro profissional. Todavia, tal fato esbarrava em dois obstáculos principais: a necessidade de que tais cursos se realizassem fora do horário de serviço, o que o impossibilitava para muitos trabalhadores, e a alta rotatividade nos postos de trabalho, uma vez que o grande número de desempregados oferecia um amplo exército de reserva à disposição das empresas. Esta situação de instabilidade foi relatada, entre outros, por um quinto informante, ao relatar que “[...] enquanto a firma tá mandando a gente vai trabalhando, quando ela mandar embora a gente procura outro. É assim mais ou menos que funciona” (Entrevista realizada em 23 de set. de 2000)⁷.

Havia, no entanto, uma possibilidade de rompimento com a lógica de exploração desta mão-de-obra não-qualificada posta à disposição pelo migrante Sul catarinense na região metropolitana de Porto Alegre: trata-se da possibilidade da efetivação de uma migração de retorno para sua região de origem, após o transcurso de certo tempo. Embora tal situação não tenha se apresentado como um movimento padrão, foi relatada sua ocorrência em dois momentos pelos informantes, sendo que em ambas deu-se também a volta para o exercício de atividades ligadas ao setor primário. A título de ilustração, apresentamos este relato,

fornecido pelo quinto informante, comentando a situação de seus tios:

Todos os que vieram para cá voltaram. Todos eles estão lá agora [...] Até os que tinham terreno aqui, que venderam aqui, que tinham aqui e foram pra lá e ficaram ricos, foi dinheiro do [...] na época do fumo, em 80. [...] Não tinham nada, eram que nem o pai, o pai era arrendatário lá. [...] Se tivesse que voltar tinha que vender aqui pra poder comprar lá (Entrevista realizada em 23 de set. de 2000).

4. Conclusão

Como vimos, a migração Sul catarinense em direção à região metropolitana de Porto Alegre configurou-se como um movimento de relativa intensidade nas décadas de 70 e 80, especialmente no primeiro momento e naquelas localidades que se apresentavam como objeto de um processo de industrialização. Este processo, no entanto, não se constituiu como o único fator a promover tais movimentos, mas conjuga-se com outros, tais como a mecanização do campo e a política de implantação de *empresas rurais* voltadas para a produção engajada em um projeto específico de desenvolvimento. Da mesma forma, tal fenômeno migratório não é o único que atinge a Grande Porto Alegre neste período, mas soma-se a outros, provenientes de regiões diversas – em especial do interior do Rio Grande do Sul – mas que têm em suas origens motivações semelhantes. Porém, o grupo migratório formado pelos catarinenses obteve, nos municípios onde se estabeleceu de forma mais intensa, um alto grau de visibilidade junto à sociedade.

Devido à sua origem rural e às exigências do mercado de trabalho que então se formava, tal contingente apresentava-se como mão-de-obra adequada à dinâmica industrial, acabando assim por se submeter a um alto grau de proletarização, ocupando basicamente postos industriais de baixa remuneração, bem como criando uma força de reserva passível de ser utilizada em caso de expansão econômica. As opções ao trabalho regular na indústria não ofereciam melhores perspectivas, o que levou uma pequena parcela deste contingente a tentar a sorte em uma migração de retorno.

Deve-se salientar ainda que, devido à intensidade desta e de outras correntes migratórias que ocorreram para a região de forma simultânea em busca de trabalho, em um momento que o mercado encontrava-se em um período de crise e em que a oferta de empregos era muito mais uma promessa que uma realidade, acelerou-se o processo de degradação do espaço físico, uma vez que as estruturas municipais não foram preparadas para tamanho incremento, verificando-se, a partir daí, o agravamento de situações-limites no que se refere à habitação e infra-estrutura em tais localidades.

5. Notas

1 Sales e Baeninger (2000) consideram que este fenômeno deve-se basicamente a três fatores: o crescimento vegetativo das áreas urbanas; a migração com destino urbano; e a expansão do perímetro urbano de muitas localidades, antigamente consideradas como rurais.

2 Esta pesquisa original, intitulada *Rapazes pelas ruas: juventude operária da região metropolitana porto-alegrense nos anos 80* é desenvolvida pela Profa. Doutora Regina Weber, do Departamento de História da UFRGS, e tem como recorte espacial principal o município de Cachoeirinha. Os

informantes deste trabalho podem basicamente ser divididos em dois grupos: a) jovens hoje na faixa dos 30-40 anos, que durante a década de 80 se constituíam como “grupo de amigos”, passando assim conjuntamente por experiências diversas, entre as quais a inserção no mundo do trabalho; b) jovens da mesma faixa etária, residentes em Cachoeirinha na década de 80, mas sem contato com o grupo inicialmente escolhido, ou entre si, a fim de se estabelecer um contraponto. Buscou-se nestas entrevistas, feitas a partir de um roteiro pré-estabelecido, a elaboração de “histórias de vida”, onde traços da inserção em determinado grupo social possam ser buscados a partir das origens familiares, até atingir o contexto histórico do período analisado, bem como a relação destes jovens com tal contexto. Por questões específicas deste trabalho, os depoimentos, temporalmente localizados entre junho de 1998 e abril de 2002, foram tomados sob a condição do anonimato. Minha participação neste trabalho se deu como bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq), sendo o material empírico utilizado neste artigo levantado inicialmente para aquele trabalho. Expresso aqui meus agradecimentos à Profa. Regina pelos apontamentos efetuados, o que não retira minha total responsabilidade pelo produto final. As entrevistas utilizadas neste artigo serão referidas pela data de sua realização.

3 Já em meados da década de 70, Ivan Osório apontava para a saturação da fronteira agrícola do Oeste paranaense. Segundo ele, entre as décadas de 40 e 70, o Paraná teria multiplicado sua população em 5,5 vezes, enquanto Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, no mesmo período, tiveram incrementos demográficos na ordem de 2,5 e 2,0 vezes, respectivamente. Este “desempenho” paranaense seria proporcionado por migrações expressivas originadas não somente no Sul do Brasil, mas igualmente do Sudeste e do Nordeste (OSÓRIO, 1976).

4 Cf. ZERO HORA, n.º. 5488, 4/10/80, p 19. Segundo Otilia Carrion (1989), a implantação destes dois distritos industriais foi favorecida pela construção da BR-290, que, como dito anteriormente, foi inaugurada neste período.

5 Esta “preferência” pelos trabalhadores de origem rural não se constitui em característica específica de empresas instaladas no meio urbano ou que lidam com uma mão-de-obra predominantemente masculina. Ao analisar a forma como se dava a inserção de uma grande confecção em uma comunidade rural (Rodeio-SC), bem como as transformações ocorridas nesta sociedade a partir de exploração por que passou a ser submetida a mão-de-obra feminina desta localidade, Anita Moser (1985, p. 95) comenta: “A origem rural e, conseqüentemente, a atividade agrícola da maioria é apontada pela empresa como ponto positivo em favor de uma mão-de-obra acostumada ao trabalho duro e que pode assim ser mais bem ‘formada’ para a empresa”.

6 Tal sistema pode-se adaptar à vocação econômica dos diferentes municípios dentro da região metropolitana de Porto Alegre. Assim, enquanto em Cachoeirinha temos a proliferação de micro-empresas na área da confecção, poderemos ter a mesma modalidade de prestação de serviços no setor coureiro-calçadista em municípios como São Leopoldo ou Novo Hamburgo, por exemplo.

7 Todavia, algumas situações de relativa ascensão profissional foram relatadas, onde a promoção a um cargo melhor se dava depois de determinado tempo de trabalho na mesma empresa.

6. Referências

CARRION, Otilia. Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua região metropolitana. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, ano 10, nº. 2, 1989.

CUNHA, José. A mobilidade intra-regional na metrópole: consolida-se uma questão. *Revista Travessia*, São Paulo, nº. 23, p. 5-10, set/dez. 1995.

GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IBGE – Censo Demográfico, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br

MOMBACH, Isabel. *Memória de Cachoeirinha*. Porto Alegre: Sagra, 1991.

MOREIRA, Janine. *A perspectiva do agricultor frente ao modelo modernizador: o caso dos produtores de leite de Presidente Getúlio/SC*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política/UFSC), Florianópolis, 1994.

MOSER, Anita. *A nova submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial*. Porto Alegre: Edipaz, 1985.

OLIVEIRA, Luis; FÉLIX, Cléber. A dinâmica demográfica recente: níveis, tendências e diferenciais. In: IBGE. *Indicadores sociais: uma análise da década de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

OSORIO, Ivan. *As migrações de origem rural na região sul*. (Tese para Habilitação à Livre Docência em Sociologia/PUCRS), Porto Alegre, 1976.

PAULILO, Maria. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

PESAVENTO, Sandra. *História da indústria sul-riograndense*. Guaíba: Riocell, 1985.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *I plano nacional de desenvolvimento (IPND) – 1972-1974*. Brasília, 1971.

SALES, Teresa; BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. *Revista Travessia*, São Paulo, n.º. 36, p. 33-44, jan/abr., 2000.

SARTI, Cynthia. São os migrantes tradicionais?. *Revista Travessia*, São Paulo, n.º. 23, p. 11-13, set/dez. 1995.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL – SUDESUL. *O fenômeno migratório na região sul*. Porto Alegre: SUDESUL/ UFRGS, 1975.

VOLPATO, Terezinha. *A pírta humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

ZERO HORA, edições de n.º. 5488, 4/10/80, p. 19; n.º 5732, 6/6/81, p. 23; n.º. 6433, 5/5/83, p. 35.

Abstract

The demographic increase happened in Porto Alegre metropolitan region in the 70's and 80's had in its origin different factors, like field technification, with the subsequent expulsion of rurals populations, and the industrial development of the region. These factors conducted to this space, migratory currents different, among these, an original of the south coast of the Santa Catarina State, which finished had great social visibility, at the same time as suffered the effects of the proletarianization and the unruly urban increase.

Key Words: Migration, Santa Catarina State, Porto Alegre metropolitan region.